

Falta de compromisso ou despreparo organizacional? Conflitos de jornada de trabalho no serviço público

*Elaborado por Lucivaldo de Sousa Pereira
(2011)
Contém nota pedagógica*

Qualquer servidor público, ao ingressar nos quadros da administração pública, deve ter ciência do importante papel profissional a ser desempenhado, tendo em vista o dever de cumprir bem suas atribuições e responsabilidades enquanto agente público.

O órgão ou entidade deve, porém, instruir esse novo servidor com relação aos seus direitos e deveres administrativos. Isso poderá ocorrer, por exemplo, por meio de palestras e seminários, com distribuição de cartilhas contendo informações e orientações de suas responsabilidades e atribuições enquanto agente público, assim como também pela oferta de cursos de formação, a fim de capacitar e conscientizar os referidos agentes. A grande importância da implantação de formação adequada é ilustrada por fato ocorrido em uma autarquia federal do setor da educação (universidade).

Aprovado em concurso público em 2008, o jovem Abdias, 20 anos, foi nomeado para ocupar o primeiro emprego de sua vida – um cargo público de Assistente em Administração em uma autarquia. Ele havia acabado de concluir o segundo grau e estudou bastante para o vestibular de Medicina. Prestou vestibular para tal curso, mas não logrou êxito. Logo após o resultado, matriculou-se em um curso pré-vestibular da cidade.

O setor de Recursos Humanos colocou-o em exercício em uma coordenação de curso de graduação, para exercer a função de secretário administrativo, na qual executaria serviços burocráticos acadêmicos rotineiros e simples, porém com alto grau de comprometimento.

Passaram-se algumas semanas e meses. E como já era esperado, logo começaram a aparecer problemas internos, devido à falta de compatibilidade de horário entre o serviço público e as aulas do pré-vestibular de Abdias. A insatisfação geral tomou conta dos servidores, do setor e do público interno

e externo, que necessita da prestação de serviços que devem ser por ele executados.

Abdias, que estava, diga-se de passagem, ainda em estágio probatório, prestou explicações por diversas vezes e tentou achar uma solução para seu problema com a chefia imediata, conversando sobre compensação de horário, saídas antecipadas, faltas (in) justificadas e atrasos, sempre prometendo esforçar-se para cumprir com suas responsabilidades e atribuições do cargo ocupado.

Passaram-se mais algumas semanas, e a insatisfação e os problemas persistiram, tornando-se mais graves. Tudo o que foi prometido e conversado não foi cumprido e recorrentes explicações e desculpas eram dadas por Abdias. Os atrasos não eram apenas de horários, mas também (e principalmente) de acúmulo de serviços, como perda de documentos e de prazos, o que prejudicava várias pessoas. A situação se perdurou por volta de dois anos.

Abdias está no momento respondendo a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Sua chefia imediata encaminhou vários ofícios ao setor responsável (RH), informando do seu comportamento indigno e inadequado.